

3.1.2 Educação remota emergencial: inclusão ou exclusão?

Alessandro Vinícius Soares Ferreira e Cláudio Magalhães

Educação remota emergencial: inclusão ou exclusão?

A. V. S. FERREIRA* e C. MAGALHÃES**

*Mestre em Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Local, Centro Universitário Una, Una, Belo Horizonte, MG, Brasil. alessandro.unabd@gmail.com

**Doutor em Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, UFMG, Belo Horizonte, MG, Brasil. claudiomagalhaes@uol.com.br

COMO CITAR O ARTIGO:

FERREIRA, A. V. S. e MAGALHÃES, C. **Educação remota emergencial: inclusão ou exclusão?**
URL: [www.italo.com.br/portal/cepep/revista eletrônica.html](http://www.italo.com.br/portal/cepep/revista_eletronica.html). São Paulo SP, v.11, n.3, p. 88-102, jul/2021

RESUMO

Vivenciando um contexto de pandemia, as instituições escolares brasileiras de todos os níveis de ensino, viram eclodir rapidamente a necessidade de uso das TDIC (Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação) para que os processos educativos não se estagnassem. Contudo, no cenário brasileiro esse acesso aos recursos técnico-digitais não se deu de maneira serena. Envolto por desigualdades sociais históricas, o Brasil se vê perante a uma realidade de exclusão digital, que sendo forma e produto das desigualdades sociais, faz com que os processos de segregação entre os diferentes estratos sociais se perpetuem e reflitam nos espaços escolares. O artigo tem como objetivo discutir a exclusão digital durante o período de educação remota emergencial vivenciado no país fazendo uso de uma revisão de literatura é proposta uma reflexão a partir da realidade experienciada no Brasil.

Palavras-chave: Educação emergencial; Exclusão digital; COVID-19; Educação.

ABSTRACT

Within the context of the pandemic, Brazilian school institutions at all levels of education have seen the rapid emergence of the need to use TDIC (Digital Information and Communication Technologies) so that educational processes do not become stagnant. However, in the Brazilian scenario, this access to technical-digital resources did not happen quietly. Surrounded by historical social inequalities, Brazil faces a reality of digital exclusion, which has been the form and product of social inequalities, making the processes of segregation between different social strata to be perpetuated and reflected in school spaces. The following article aims to discuss this issue of digital exclusion during the emergency remote education period experienced in the country. Thereby, making use of a literature review, a reflection is proposed based on the reality lived in Brazil

Keywords: Emergency education; Digital exclusion; COVID-19; Education.

INTRODUÇÃO

A profunda interdependência entre as nações, não só serviu de base para a rápida disseminação do vírus da COVID-19¹, dada a grande mobilidade mundial, como também escancarou um cenário inesperado e assustador, que se apresenta frágil e vulnerável a partir do rompimento necessário, devido ao isolamento, das cadeias de interrelações que sustentam o modelo globalizado. E sendo a educação parte desse meio social, ela também sofre diretamente com os impactos da pandemia.

A crise instaurada produziu um cenário de muitas mudanças no campo educacional. Tais circunstâncias apresentam desafios educacionais e exigências de um novo perfil dos professores para ministrar aulas nesse contexto de novidades e contradições vivenciadas nos espaços escolares. Assim, nesse período, os professores têm visto a internet como uma grande aliada. No entanto, sem tempo para estudar e compreender sobre o funcionamento de aplicativos, plataformas digitais e sites interativos, o professor viu-se obrigado a aprender fazendo, sem tempo hábil para planejar, organizar-se ou até fazer um curso para entender o funcionamento de diversas tecnologias digitais. A prática pedagógica que antes baseava-se, primordialmente, na preparação, aplicação do conteúdo e correção de atividades para grande parte dos professores da rede pública e privada, agora conta

¹ Não há ainda uma normativa oficial que determine a utilização do gênero gramatical quando nos referimos à COVID-19. Logo, fazemos uso do gênero gramatical feminino para nos referirmos à doença COVID-19, situando-nos em dois pontos: referindo-se à doença, a lógica leva-nos a classificar o termo “COVID- 19” como pertencente ao gênero gramatical feminino; ademais apesar de não se posicionar claramente sobre o assunto, Academia Brasileira de Letras divulgou uma nota em que faz menção ao termo “a COVID-19”.

com novos recursos técnico-digitais que inúmeros professores nunca utilizaram.

Atreladas às dificuldades enfrentadas pelos professores, também os alunos passam por dificuldades. Elas se evidenciam pela falta de acesso às TDIC, com destaque para a ausência de acesso à internet e falta de familiaridade com os meios digitais para realização de tarefas escolares, bem como a pouca ou nenhuma experiência de construção da aprendizagem através do método de ensino remoto.

Logo, ao mesmo tempo que a educação remota emergencial surge como uma possibilidade de continuidade dos estudos em um período de exigência do isolamento social, ela também escancara uma triste verdade nacional: a exclusão digital.

DESENVOLVIMENTO

Os fundamentos da educação propostos por Lev Vigotski (2001) acentuam a importância do meio social na construção do desenvolvimento humano. Visto dessa forma, as experiências e as interações sociais são muito importantes no processo de construção do desenvolvimento, que somente poderá se concretizar no contexto social, pois a aprendizagem é que precede e possibilita o desenvolvimento, interagindo com ele e proporcionando seu avanço, no que antes era denominado em traduções anteriores de zona de desenvolvimento proximal (ZDP)², e hoje se sabe ser zona de desenvolvimento imediato

² ZDP: Distância entre o nível de desenvolvimento real, que se costuma determinar através da solução independente de problemas e o nível de desenvolvimento potencial, determinado através da solução de problemas, mas sob a orientação de um adulto, ou em colaboração com companheiros mais capazes. Trocando em miúdos, a zona proximal é a que separa a pessoa de um desenvolvimento que está próximo, mas ainda não foi alcançado. (SOUZA e MARTINS, 2005, p.113) Unifal em Pesquisa, São Paulo SP, v.11, n.3, jul/2021.

(ZDI)³, a qual se desenvolve por meio da interação no contexto sociocultural.

Apropriando-se dos legados de Vigotski (2001), também Jonh Dewey (2011), conforme evidenciado por Teitelbaum e Apple (2001), propõe um modelo de educação através do qual, não haveria possibilidade de abstração, ou seja, é a partir da resolução de problemas práticos – interação social – que o conhecimento seria criado, possibilitando assim a reconfiguração das ideias através da vida social. Dewey, portanto, enfatiza que apenas a experiência social pode proporcionar a produção de uma ideia e validá-la, pois sendo produzida na e pelo meio social, somente esse poderia determinar seu valor.

Partindo desse pressuposto, Dewey defende a ideia de que o ambiente educacional enquanto um espaço privilegiado de interação, na qual a prática cotidiana produz um conjunto de natureza moral e social, não apenas representa a sociedade como também é a sociedade. Assim, para o expoente da educação norte-americana o meio educacional pode proporcionar experiências sociais únicas, capazes de fornecerem subsídios aos alunos e professores para que eles se engajem na vida democrática.

Logo, para Dewey, o ambiente escolar ideal é aquele que leva em consideração a experiência do aluno- social, histórica, econômica, política - a fim de mediar o encontro do educando com o mundo social

³ Conforme alerta o tradutor Paulo Bezerra: “zona de desenvolvimento imediato, que no Brasil apareceu como zona de desenvolvimento proximal (!). Por que imediato e não esse esquisito proximal? Por dois motivos. Primeiro: o adjetivo que Vigotski acopla ao substantivo desenvolvimento (*razvítie*, substantivo neutro) é *blijáichee*, adjetivo neutro do grau superlativo sintético absoluto, derivado do adjetivo positivo *blízki*, que significa próximo. Logo, *blijáichee* significa o mais próximo, “proximíssimo”, imediato. Segundo: apropriada noção implícita no conceito vigotskiano é a de que, no desempenho do aluno que resolve problemas sem a mediação do professor, pode-se aferir incontinenti o nível do seu desenvolvimento mental imediato, fator de mensuração da dinâmica do seu desenvolvimento intelectual e do aproveitamento da aprendizagem. Daí o termo zona de desenvolvimento imediato.” (VIGOTSKI, 2001, p. XI)

Unifal em Pesquisa, São Paulo SP, v.11, n.3, jul/2021.

de forma democrática, configurando-se dessa forma como um agente social efetivo. Sendo assim, ele preconiza que os ambientes educacionais não podem estar ligadas à reprodução e consequentes mecanismos de subversão social, pois a escola pode proporcionar ao indivíduo a construção de ideias e valores que o tornaria um “público articulado”, capaz de refletir e produzir uma sociedade verdadeiramente democrática, articulando conhecimento humano e experiência social de forma harmônica; o que se relaciona com as questões de inclusão social, nas quais se encontram também a inclusão digital.

Inclusão digital X exclusão digital

Compreendida como a possibilidade de acesso consciente, autônomo e produtivo aos meios e ferramentas técnico-digitais para realização das práticas cotidianas da vida em sociedade, tais como educação, trabalho, relações sociais e outras, a inclusão digital ainda não é realidade para grande parcela da população brasileira. Estreitamente relacionada à desigualdade social, a inclusão digital precisa superar inúmeras barreiras para se concretizar em solo nacional e deixar de ser vista como mais um ponto de segregação entre os cidadãos brasileiros.

Historicamente, o Brasil é permeado por desigualdades sociais alarmantes que ainda se presentificam em nossa sociedade. Neri (2019, p.20), em seus estudos que tiveram como base a PNAD⁴ Contínua destacou “que a desigualdade de renda domiciliar per capita do trabalho está aumentando há 17 trimestres consecutivos(...)”. Mostrou ainda que

⁴ Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios Contínua Unifalco em Pesquisa, São Paulo SP, v.11, n.3, jul/2021.

“desde o final de 2014 até o 2º trimestres de 2019, a renda dos 50% mais pobres da população caiu 17%, a dos 10% mais ricos 3% e a dos 1% mais ricos cresceu 10%” (Ibdem, p.20), aumentando mais uma vez o abismo social entre ricos e pobres.

Reflexo dessa desigualdade social acentuada em nosso país, a exclusão digital apresenta-se como uma impossibilidade de que aqueles, já excluídos socialmente, tenham acesso a práticas de construção de saberes que são advindas do universo tecnológico, ao qual não têm acesso por questões de ordem política, econômica, social e cultural. Assim, excluídos digitalmente da sociedade da qual fazem parte, vários cidadãos continuam à margem do sistema, engrossando as estatísticas da desigualdade da qual são forma e produto.

A pesquisa CETIC Domicílios (2019), que tem por objetivo mensurar o acesso às TIC nos domicílios urbanos e rurais do Brasil, bem como as suas formas de uso, registrou que no ano de 2019 cerca de 28% dos domicílios brasileiros não possuíam acesso à internet e que um a cada quatro brasileiros (47 milhões) não usa a internet. Além disso, ressalta que a ausência de acesso à internet está estreitamente ligada a diferenças por classes sociais, o que é apontado pela alarmante discrepância entre os indivíduos das classes A e DE, sendo que naquela 99% dos domicílios possuem acesso à internet, enquanto nessa apenas metade dos lares possuem acesso à web. Logo, somos levados a refletir que vivenciamos no Brasil, um círculo vicioso em que a desigualdade social ocasiona a exclusão digital e, esta por sua vez amplifica a desigualdade social. Assim valendo-nos das palavras de Marx e Engels (2000,p.75), podemos afirmar que “a sociedade burguesa não aboliu os antagonismos de classes: apenas os substituiu por novas classes, novas condições de opressão, novas formas de luta”.

Unifal em Pesquisa, São Paulo SP, v.11, n.3, jul/2021.

A partir da perspectiva traçada, notamos que a busca pelo desenvolvimento social por intermédio da educação no Brasil, não é algo tão simples como poderíamos supor. Antes de tudo, para pensarmos em desenvolvimento social a partir da educação, temos que pensar que a educação deve ser acessível a todos e de qualidade. E, partindo desse pensamento, estamos diante de uma balança, na qual dois pesos e duas medidas se confrontam: a educação, que não raro é retratada como mola propulsora do desenvolvimento social e econômico de um país, é impedida de cumprir essa nobre função, visto que, a desigualdade social na qual os processos educacionais se desenvolvem (amplamente exposta em período de pandemia), impede a prevalência de uma educação efetiva e de qualidade, que seria capaz de fornecer bases para que a verdadeira emancipação humana se concretizasse.

Logo, se a exclusão digital por si só revela a nefasta faceta da desigualdade social no Brasil, quando ela se efetiva em períodos de isolamento social, tem seus impactos amplificados na vida dos cidadãos, principalmente no que se refere às questões educacionais.

Diante dos argumentos já apresentados, fica admitida a importância da inclusão digital na educação remota emergencial contemporânea. Assim, buscamos em Marcon (2020, p.85) a percepção de que os “processos de inclusão digital devem supor uma apropriação social e autoral das tecnologias digitais de rede”. Tal afirmação demarca claramente que a inclusão digital não se refere ao mero acesso a equipamentos (softwares e hardwares) técnico-digitais, mas relaciona-se intimamente com o estabelecimento de novas possibilidades de ação e reflexão no meio em que se vive, a partir da utilização das TDIC. Dessa forma, referenciamos como alguém que está incluído digitalmente em seu meio, aquele sujeito que de forma ativa e proficiente, tem acesso e

Unifal em Pesquisa, São Paulo SP, v.11, n.3, jul/2021.

usa intencional e autonomamente as TDIC para exercer sua cidadania. Assim, incluir digitalmente significa também incluir socialmente, ou parafraseando Santos (2006), podemos dizer que a inclusão digital é uma faceta particular das questões de inclusão social.

Partindo desse pressuposto, quando o professor e alunos possuem possibilidades de utilizar recursos tecnológicos, para efetivar as práticas educativas durante o período de pandemia, eles estão alinhando o contexto social, histórico e cultural ao ensino institucionalizado, fornecendo bases para que vida e espaço educacional se encontrem, em um movimento que valoriza o caráter múltiplo das práticas letradas e propõe de forma ativa, uma inter-relação entre conteúdos, opiniões e conhecimentos, que se articulam para construção do fazer social. Sobre o aspecto social das práticas educacionais, Paulo Freire (1987), já deixava claro que verdadeira educação deve ser feita de forma a permitir que as pessoas se emancipem e participem da construção de uma sociedade cada vez mais justa, humana e democrática. Pensar a realidade vivida e buscar formas e meios para intervir positivamente sobre ela.

Entretanto, o que queremos deixar em destaque é que vivendo em um país em que as desigualdades sociais ainda são muito grandes, pensar em educação em tempos de pandemia é evidenciar que ela é possível, principalmente pelas facilidades ofertadas pelos meios técnico-digitais, mas nem sempre é efetiva. Nos deparamos com dificuldades que passam desde a ausência de ferramentas tecnológicas disponíveis a professores e alunos, até inabilidade no manuseio delas. Isso expõe um paradoxo que separa a educação preconizada pelas legislações vigentes e a educação real, que ocorre efetivamente nas instituições

escolares de nosso país, e espelha uma exclusão digital fomentada pelas desigualdades sociais.

Cabe lembrar também que a exclusão digital pode funcionar negativamente como um ponto de ampliação da evasão escolar. Em entrevista concedida à repórter da revista Carta Capital de 03 de setembro deste ano, Ana Basílio, o chefe do Fundo das Nações Unidas para Infância (Unicef), Ítalo Dutra, ressaltou o temor da evasão escolar em decorrência da pandemia da COVID-19 e da necessidade da inclusão digital para que a educação continuasse a ocorrer no país. Segundo Dutra, em São Paulo, estado segundo ele, mais conectado e rico do país, menos da metade dos alunos tinha acesso aos conteúdos educacionais online, em maio. Para ele essa quebra do vínculo da escola com os alunos pode resultar em abandono escolar, que a nosso ver relaciona-se com perpetuação das desigualdades sociais (BASÍLIO, 2020).

A ABMES (Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior) também já destacou o aumento da evasão dos alunos da Educação Superior, em cerca de 32,5% em comparação com o mesmo período do ano passado. Isso, em decorrência da atual crise sanitária, e das necessidades, nem sempre presentes, de inclusão digital, por ela imposta. Segundo a Associação de Mantenedoras, o número de trancamento de matrículas no ensino superior, vem ocorrendo a passos largos e apresenta como causas primordiais, as dificuldades financeiras para pagar as mensalidades, o descontentamento com a modalidade de ensino remota (a qual não foi “escolhida” pelos alunos, mas se fez imperativa), até dificuldades em acompanhar as aulas por falta de acesso às TDIC (ABMES, 2020).

CONCLUSÕES

Apesar de garantida pelo artigo 205 da Constituição Federal (BRASIL, 1988), não podemos afirmar que a educação ocorra de forma igualitária para todos os brasileiros, no período em que se vivencia a pandemia da COVID-19. Fazendo uso, em sua grande maioria, das TDIC para sua realização, a educação brasileira esbarra principalmente do fenômeno da exclusão digital, como um dos fatores que dificulta a oferta de educação no Brasil durante o necessário isolamento social.

Assim destacamos a urgência da instauração de políticas públicas que promovam investimentos adequados, como formação continuada para professores e minimizem as desigualdades sociais, regionais e educacionais em nosso país. Financiar recursos e mudanças para que a inclusão digital; é necessário para garantir que a qualidade e o acesso ao ensino emergencial remoto sejam uma realidade que atenda toda a população e faça com que a igualdade digital se torne um direito garantido e presente nas mais diversas instâncias da vida social.

REFERÊNCIAS

ABMES. Pandemia faz evasão aumentar no ensino superior em Rio Preto. 30 mai.2020. Disponível em: <https://abmes.org.br/noticias/detalhe/3800/pandemia-faz-evasao-aumentar-no-ensino-superior-em-rio-preto> Acesso em 24, out. 2020

BASÍLIO, Ana. Por que a pandemia pode contribuir com a evasão escolar. Carta Capital, 03 set. 2020. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/educacao/por-que-a-pandemia-pode-contribuir-com-a-evasao-escolar/> Acesso em 24, out. 2020

BRASIL, Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2004.

CETIC.BR Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação. Pesquisa TIC Domicílios 2019 (Cetic. BR, 2019). Disponível em: https://cetic.br/media/analises/tic_domicilios_2019_coletiva_imprensa.pdf Acesso em 23 out. 2020.

DEWEY, John. Experiência e educação. Petrópolis: Vozes. 2011.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido. 17 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. Manifesto do Partido Comunista. São Paulo: Global, 2000.

MARCON, Karina. Inclusão e exclusão digital em contextos de pandemia: que educação estamos praticando e para quem? Criar Educação. Criciúma, v. 9, n. 2, Edição Especial 2020.

Unifal em Pesquisa, São Paulo SP, v.11, n.3, jul/2021.

NERI, Marcelo C. A escalada da desigualdade: Qual foi o impacto da crise sobre a distribuição de renda e a pobreza? Rio de Janeiro: FGV Social. Agosto, 2019. Disponível em: <https://www.cps.fgv.br/cps/bd/docs/A-Escalada-da-Desigualdade-Marcelo-Neri-FGV-Social.pdf>. Acesso em 24, out.2020

SANTOS, Edvalter S. Desigualdade social e inclusão digital no Brasil. 232p. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

SOUZA, Márcia H. e MARTINS, Maria A. M. Psicologia do desenvolvimento. Curitiba: IESDE, 2005.

VIGOTSKI, Lev S. A construção do pensamento e da linguagem. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

TEITELBAUM, Kenneth, APPLE, Michael. John Dewey. Currículo sem Fronteiras, v.1, n.2, p. 194-201, jul/dez, 2001.